



Referenciais curriculares para a educação escolar indígena do estado do Maranhão: Algumas reflexões

 <https://doi.org/10.56238/levv15n40-011>

Jocnilson Mendes Costa

E-mail: jocnilson.mc@discente.ufma.br

Francisco José Ferreira Carvalho

E-mail: francisco.jfc@discente.ufma.br

Marilda da Conceição Martins

E-mail: marilda.conceicao@ufma.br

Rayssa Martins de Sousa Neves

E-mail: rayssa.neves@ifma.edu.br

RESUMO

O presente artigo apresenta breves reflexões acerca dos Referenciais Curriculares da Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão levando em consideração a especificidade da escolarização das populações indígenas do Maranhão, seus projetos educativos, suas vivências e suas experiências. Buscou-se, ainda, analisar assegurar que os princípios do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fossem preservados. A pesquisa é qualitativa e elegemos a revisão de literatura e a pesquisa documental como abordagem deste estudo. Autoras da decolonialidade, Educação Escolar Indígena, formação de professoras, currículo, além de dados sobre os povos originários, contribuíram para a análise do documento foco deste trabalho: o RECEIMA. Este trabalho elegeu os seguintes objetivos de pesquisa a) analisar o processo de elaboração dos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão (RECEIMA), b) caracterizar a estrutura do referido documento, buscando perceber se há nele referências à decolonialidade e c) investigar o conceito de formação docente, currículo e Educação Escolar Indígena adotada no RECEIMA, tendo em vista compreender em que aspectos a construção desse documento apresenta avanços para a educação da população indígena no estado do Maranhão. Frente às análises realizadas, compreendemos que o RECEIMA se configura como um avanço importante, por pensar as especificidades escolares do estado do Maranhão, lugar essencialmente afro-indígena.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Formação de professoras, Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão.



1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a questão indígena na América Latina têm aumentado nos últimos anos, em virtude da resistência e da organização política dos povos originários dessa região. A colonialidade do poder, o eurocentrismo e a decolonialidade são elementos que sustentam as reflexões sobre a marginalidade da América Latina, localizada ao Sul, como bem definiu Santos e Meneses (2009). A racionalidade europeia inventada no processo de colonização, iniciada no século XV, ao elaborar a noção de raça estrutura uma dinâmica violenta de poder mundial fundamentada no etnocentrismo, em que Norte e Sul do mundo, além de territórios geográficos, transformam-se em arenas simbólicas de manifestação de disputa de poder (QUIJANO, 2005). Na geopolítica do capital, o Norte do mundo, habitado pela raça branca, cria uma arquitetura psíquica, econômica e política de supremacia e opressão do povo preto e indígena que habita o Sul do mundo.

É nesse Sul que se localizam os povos originários. Segundo dados de 2019, do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe (FILAC)¹⁰, 8,3% da população latino-americana é indígena. Sendo que os países que possuem maior concentração da população indígena são Bolívia, Guatemala, Peru e México, ou seja, estamos falando de uma Região atravessada por forte herança dos povos originários, tanto no que diz respeito ao fenótipo quanto às marcas linguísticas, culturais, dentre outras. No Brasil, os Povos Guarani, Ticuna, Caingangue, Macuxi, Terena, Guajajara, Yanomami, Xavante, Pataxó, Potiguara, Canela, dentre outros, ilustram parte da diversidade populacional indígena que habita o país. No Maranhão, estima-se que 33.573 indígenas vivam nesse território, sendo nove povos diferentes, tendo por origem dois troncos linguísticos Tupi e Macro-jê¹¹.

A garantia e manutenção de direitos dos povos indígenas na América Latina, tais como, saúde, educação escolar e universitária, lazer, demarcação de terras, dentre outros, requer desses grupos diferentes formas de resistências e organização. Sobre as conquistas desses grupos, na América Latina, podemos citar a formulação do Estado Plurinacional no Equador (2008) e na Bolívia (2007-2008). Trata-se de um marco para a região latino-americana, uma vez que se reconheceu nesses dois países a diversidade política, geográfica e cultural constituída pela população indígena. Segundo Acosta (2016, p.28), “no Equador, reconheceu-se a Natureza como sujeito de direitos. Esta é uma postura biocêntrica que se baseia em uma perspectiva ética alternativa, ao aceitar que o meio ambiente – todos os ecossistemas e seres vivos – possui um valor intrínseco, ontológico”.

Pensar, portanto, a Educação Escolar Indígena no Maranhão requer associações amplas com as questões indígenas latino-americanas. É nesse debate que a construção dos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão (RECEIMA) se insere. No estado do Maranhão, os movimentos para a organização da educação escolar indígena são registrados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a partir de 1992, momento em que se iniciou as primeiras

ações de integração das escolas indígenas à rede estadual de ensino. Esse processo se deu com diversas ações realizadas, desde visitas in loco, para verificação da situação escolar de cada povo indígena, até o registro do quantitativo de escolas, de professoras¹² e das possíveis estudantes.

A elaboração dos RECEIMA, deste modo, marca o início de uma construção coletiva, a partir de diálogos com comunidades tradicionais, levando-se em consideração a especificidade da escolarização das populações indígenas do Maranhão, seus projetos educativos, suas vivências e suas experiências. Buscou-se, ainda, assegurar que os princípios do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fossem preservados. É nesse sentido que este trabalho elegeu os seguintes objetivos de pesquisa a) analisar o processo de elaboração dos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão (RECEIMA), b) caracterizar a estrutura do referido documento, buscando perceber se há nele referências à decolonialidade e c) investigar o conceito de formação docente, currículo e Educação Escolar Indígena adotada no RECEIMA, tendo em vista compreender em que aspectos a construção desse documento apresenta avanços para a educação da população indígena no estado do Maranhão.

2 RESULTADOS

Em síntese, sobre o primeiro objetivo da pesquisa: a) analisar o processo de elaboração dos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão (RECEIMA), pode-se afirmar que os debates sobre a educação escolar indígena entre os movimentos indígenas e indigenistas e a Secretaria da Educação do Estado do Maranhão (SEDUC) começaram a ganhar força a partir de 2015. Direito Indígena e Língua Materna são dois componentes curriculares que expressam esse diálogo curricular entre a SEDUC e a população indígena maranhense.

Em 2017, encontros com diversas instituições públicas, organizações da sociedade civil e comunidades indígenas maranhenses seguiram os debates para a implementação da Educação Escolar indígena. Assim, a dinâmica de elaboração do documento em questão, contou com grupos de trabalhos formados pelos grupos indígenas Amiria Awá Guajá – Povo Awá, Akari Piti Guajá- Awá, Tentehar/Guajajara, Krepynkatejê, Pyhcop Cati Ji/Gavião, Apaniekrá Canela, Krikati, Memortumre Canela, Memortumre Canela e pelas instituições Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Conselho Estadual de Educação (CEEMA), dentre outras. Dessa maneira, a proposta dos Referenciais Curriculares para Educação Escolar Indígena foi submetida à apreciação do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, que em 2022, após análise da Câmara de Educação Básica, aprovou e determinou adequação da matriz curricular do Ensino Médio do referido documento, por meio do Parecer nº 336/2021, instituindo a Resolução nº 3096/2021.

Sobre o segundo objetivo deste trabalho: caracterizar a estrutura do referido documento, buscando perceber se há nele referências à decolonialidade. O RECEIMA está organizado em 14



tópicos, a saber: a) Introdução, b) Construção histórica das políticas de Educação Escolar Indígena, c) Povos Indígenas do Maranhão: identidade e territorialidade, d) Objetivos da Educação Escolar Indígena, e) Elementos básicos para a organização da Escola Indígena, f) Organização curricular, g) Material didático específico, h) Projeto político pedagógico, i) Práticas avaliativas na Educação Escolar Indígena, j) Dos professores: formação inicial e continuada, dentre outros elementos.

Não há na referida proposta referência à palavra “decolonialidade”, entretanto, há em seus elementos conceituais fundamentos de práticas de educação plural, intercultural e que dialogue com noções de diversidade. A proposta se fundamenta, ainda, nos discursos de democratização da educação escolar para os grupos indígenas presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 e na Constituição Federal de 1988. Além disso, ela descreve as especificidades das populações indígenas maranhenses, tais como, história, relação com a terra, características culturais, religiosa e outros aspectos.

Sobre o terceiro objetivo da pesquisa: investigar o conceito de formação docente, currículo e Educação Escolar Indígena adotada no RECEIMA, tendo em vista compreender em que a construção desse documento apresenta avanços para a educação da população indígena no Estado do Maranhão, é possível afirmar que “a educação escolar nas comunidades indígenas, constitui-se politicamente como um espaço intercultural de integração entre os povos e a sociedade envolvente” (MARANHÃO, 2021, p. 30). Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena está relacionada aos princípios de dialogicidade, emancipação e multiculturalismo em consonância com a diversidade indígena maranhense. Sobre as noções de currículo adotadas no RECEIMA, afirma-se que as mesmas buscam a construção e fortalecimento da autonomia e das identidades étnicas. Além disso, o currículo da Educação Básica no território maranhense, segundo o RECEIMA, deverá se fundamentar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no documento curricular do território maranhense para a Educação Infantil e do Ensino Fundamental, na parte diversificada dos currículos das escolas indígenas.

A formação docente prevista nos Referenciais se utiliza dos princípios propostos pela Resolução 01/2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e Ensino Médio. Deste modo, a “a formação inicial e continuada dos professores e gestores indígenas deve estar pautada numa proposta educativa que promova a interação aos diversos tipos de conhecimentos existentes” (MARANHÃO, 2021, p. 117). A formação docente, assim, pressupõe a construção de materiais didáticos e práticas interculturais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa e elegemos a revisão de literatura e a pesquisa documental como abordagem deste estudo. Autoras da decolonialidade, Educação Escolar Indígena, formação de

professoras, currículo, além de dados sobre os povos originários, contribuíram para a análise do documento foco deste trabalho: o RECEIMA. Sobre a pesquisa documental, Ludke e André (1986, p. 37), afirmam que se trata de uma “técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Desse modo, o acesso ao documento RECEIMA se tornou possível a partir da disponibilização do referido texto pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. A seguir, nos resultados, apresentaremos breves considerações sobre o texto foco deste trabalho.

4 RESULTADOS

Em síntese, sobre o primeiro objetivo da pesquisa: a) analisar o processo de elaboração dos Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão (RECEIMA), pode-se afirmar que os debates sobre a educação escolar indígena entre os movimentos indígenas e indigenistas e a Secretaria da Educação do Estado do Maranhão (SEDUC) começaram a ganhar força a partir de 2015. Direito Indígena e Língua Materna são dois componentes curriculares que expressam esse diálogo curricular entre a SEDUC e a população indígena maranhense.

Em 2017, encontros com diversas instituições públicas, organizações da sociedade civil e comunidades indígenas maranhenses seguiram os debates para a implementação da Educação Escolar indígena. Assim, a dinâmica de elaboração do documento em questão, contou com grupos de trabalhos formados pelos grupos indígenas Amiria Awá Guajá – Povo Awá, Akari Piti Guajá- Awá, Tentehar/Guajajara, Krepynkatejê, Pyhcop Cati Ji/Gavião, Apaniekrá Canela, Krikati, Memortumre Canela, Memortumre Canela e pelas instituições Uni- versidade Federal do Maranhão (UFMA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Conselho Estadual de Educação (CEEMA), dentre outras. Dessa maneira, a proposta dos Referenciais Curriculares para Educação Escolar Indígena foi submetida à apreciação do Conselho Estadual de Educação do Maranhão, que em 2022, após análise da Câmara de Educação Básica, aprovou e determinou adequação da matriz curricular do Ensino Médio do referido documento, por meio do Parecer nº 336/2021, instituindo a Resolução nº 3096/2021.

Sobre o segundo objetivo deste trabalho: caracterizar a estrutura do referido documento, buscando perceber se há nele referências à decolonialidade. O RECEIMA está organizado em 14 tópicos, a saber: a) Introdução, b) Construção histórica das políticas de Educação Escolar Indígena, c) Povos Indígenas do Ma- ranhão: identidade e territorialidade, d) Objetivos da Educação Escolar Indígena, e) Elementos básicos para a organização da Escola Indígena, f) Organização curricular, g) Material didático específico, h) Projeto político pedagógico, i) Práticas avaliativas na Educação Escolar Indígena, j) Dos professores: formação inicial e con- tinuada, dentre outros elementos.

Não há na referida proposta referência à palavra “decolonialidade”, entretanto, há em seus elementos conceituais fundamentos de práticas de educação plural, intercultural e que dialogue com

noções de diversidade. A proposta se fundamenta, ainda, nos discursos de democratização da educação escolar para os grupos indígenas presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 e na Constituição Federal de 1988. Além disso, ela descreve as especificidades das populações indígenas maranhenses, tais como, história, relação com a terra, características culturais, religiosa e outros aspectos.

Sobre o terceiro objetivo da pesquisa: investigar o conceito de formação docente, currículo e Educação Escolar Indígena adotada no RECEIMA, tendo em vista compreender em que a construção desse documento apresenta avanços para a educação da população indígena no Estado do Maranhão, é possível afirmar que “a educação escolar nas comunidades indígenas, constitui-se politicamente como um espaço intercultural de integração entre os povos e a sociedade envolvente” (MARANHÃO, 2021, p. 30). Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena está relacionada aos princípios de dialogicidade, emancipação e multiculturalismo em consonância com a diversidade indígena maranhense. Sobre as noções de currículo adotadas no RECEIMA, afirma-se que as mesmas buscam a construção e fortalecimento da autonomia e das identidades étnicas. Além disso, o currículo da Educação Básica no território maranhense, segundo o RECEIMA, deverá se fundamentar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no documento curricular do território maranhense para a Educação Infantil e do Ensino Fundamental, na parte diversificada dos currículos das escolas indígenas.

A formação docente prevista nos Referenciais se utiliza dos princípios propostos pela Resolução 01/2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e Ensino Médio. Deste modo, a “a formação inicial e continuada dos professores e gestores indígenas deve estar pautada numa proposta educativa que promova a interação aos diversos tipos de conhecimentos existentes” (MARANHÃO, 2021, p. 117). A formação docente, assim, pressupõe a construção de materiais didáticos e práticas interculturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RECEIMA representa uma grande conquista para a Educação Escolar Indígena no Maranhão, para a formação de professores, para a prática pedagógica e para o currículo. As escolas indígenas maranhenses irão ofertar componentes curriculares como Direito Indígena e Língua Materna na Parte Diversificada do Currículo. Para o debate decolonial, indígena latino-americano, o RECEIMA configura-se como um avanço importante, por pensar as especificidades escolares do estado do Maranhão, lugar essencialmente afro-indígena.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marlí Elisa. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Indígena do Estado do Maranhão (RECEIMA). São Luís: SEDUC/MA: 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, p. 107-30.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. VASSALO, Brigitte. O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos. São Paulo: Elefante, 2022.